

O rural como lugar do moderno: modernismo e identidade fluminense (1921 – 1924).

EVELYN MORGAN MONTEIRO PAIVA*

O presente artigo faz parte da pesquisa iniciada para o projeto de tese de Doutorado, ainda em andamento, no Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). O grande objetivo da pesquisa é compreender as relações entre agrarismo e modernismo no estado do Rio de Janeiro nos anos de 1920. A análise partirá de revistas agrícolas que circularam em Niterói, antiga capital do estado do Rio, e de suas propostas para o mundo rural.

A chamada “vocação agrícola” do estado somada aos debates modernistas e aos projetos de reconstrução nacional fizeram com que os intelectuais fluminenses pensassem o moderno a partir do rural. Como o campo – muitas vezes associado ao atraso – pôde ser uma via para a construção de um projeto modernista para os fluminenses?

Para traçar algumas reflexões sobre essa pergunta, pretendemos discutir nesse texto algumas considerações sobre uma das revistas estudadas na pesquisa. A revista *Ilustração Fluminense* circulou entre agosto de 1921 e setembro de 1925, sua redação localizava-se em Niterói, capital do estado do Rio, mas suas matérias e seu discurso eram veiculados para todo o interior fluminense.

A agricultura, que passava por uma crise, ainda era a principal atividade econômica do estado do Rio no início do século XX. O cenário de fundação desse periódico é um momento em que se observa a perda de influência do estado do Rio de Janeiro no conjunto da federação. Quanto ainda era província, o Rio possuía uma maior ingerência sobre os assuntos nacionais, essa perda de importância do estado fez com que seus intelectuais, periféricos se cotejados com o cosmopolitismo carioca, buscassem redefinir o papel dos fluminenses. No rearranjo da federação,

* Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).

“O Rio de Janeiro nos parece ser um caso especialmente interessante porque, de principal pólo econômico do país e mais forte base de apoio político da monarquia, o estado perdeu o *status* de “grande província imperial” com a implantação do regime republicano, inaugurando um longo período de dificuldades econômicas e políticas que se estendem até a atualidade.” (FERREIRA, 1994: 8)

A consolidação do regime republicano acompanhou um processo de secundarização política e econômica do Estado do Rio no contexto nacional. Marieta Ferreira descreve que, devido ao destino nacional da cidade do Rio de Janeiro e da proximidade do estado com o Distrito Federal, os fluminenses não chegaram a desenvolver uma mentalidade voltada para os problemas regionais. As questões locais ficavam tradicionalmente em segundo plano.

Além disso, havia uma disputa entre esses dois Rios, cidade e estado. A cidade vizinha era o Distrito Federal chamado de “cosmopolita” enquanto o Rio-estado era rotulado de provinciano e atrasado. Abaixo observamos um trecho do debate da Constituinte de 1891 que ilustra essa relação ao narrar as discussões sobre o destino da cidade do Rio de Janeiro – que poderia ser reincorporada ao estado – com a transferência da capital do país.

“O Distrito Federal tem história e tem tradições (interrupções) e vós (referia-se aos fluminenses) não tendes tradições ou histórias que não seja a nossa. Nós povoamos e fomos civilizar, lutando com o índio (continuam as interrupções). No princípio do século XVII éreis pequenas populações esparsas pelo Vale do Paraíba. Onde está a vossa história? Quais são as vossas tradições? Cita-me um só fato, um só desses grandes movimentos que são o orgulho de um povo? Nada tendes. Dependestes sempre de nós e ainda vindes aqui no Congresso com essa pretensão antidemocrática de absorver a Capital Federal. (...) Vós representais aqui o ódio rural contra a cidade das marchas cívicas, das quermesses, contra a cidade abolicionista: isto é que vós representais impenitentemente. Se quereis a glórias, tomai-as de nós emprestadas, tomai um pouco do nosso 13 de Maio, que chega para o Brasil inteiro... Tenho orgulho desta cidade, tenho orgulho do Brasil, porque a história dela, que é a do país, só pode despertar esse sentimento. Pela nossa história, pelas nossas tradições, pela nossa firme vontade, não podemos fazer parte do Estado do Rio, que nos quer

absorver. (...) Nem nome tendes. Como vos chamais? Estado do Rio de Janeiro. A cidade fundada por Estácio de Sá em 1º de março de 1565 e que desde o seu primeiro rancho foi logo cidade, deu-vos tudo, até o nome! Estado rural em decadência, cujo destino é problemático (protesto da bancada do Rio de Janeiro)”(ROURE, 1920: 316-317)

O estado do Rio buscava pela reformulação da sua identidade. A perda de influência fez com que os fluminenses buscassem uma regeneração do estado, segundo nossa hipótese, pelo viés da modernização, desejosos em restaurar a pujança idealizada que se vivera na região enquanto velha província. Essa modernização incluía o campo. Na verdade, o campo foi instrumentalizado como uma via alternativa para alcançar a modernização para os fluminenses. A hipótese mais ampla para a qual se encaminhou nossa pesquisa é que os debates de política agrária, de regeneração e de modernização do campo compuseram o projeto da identidade fluminense.

As relações em torno do mundo agrícola na Primeira República eram construídas a partir de todo imaginário social sobre o campo. Seria o campo brasileiro um modelo para a redefinição da nação que se buscava nos anos que antecediam o Centenário da Independência? O mundo rural, por vezes associado ao “atraso” – como observamos na citação acima – poderia integrar as propostas modernistas e modernizadoras amplamente discutidas nesse momento? Que propostas foram elaboradas sobre o mundo agrário em um momento de crise oligárquica?

Campo e Cidade. Colocados lado a lado, esses substantivos já foram utilizados e representados socialmente como conceitos que encerram uma antinomia. As diferenças entre os dois se acirraram e se tornaram uma verdadeira oposição. Os avanços tecnológicos produziram um contraste entre o que era criado pela natureza e o que era criado pelo homem; o artificialismo da cidade e o naturalismo do campo. A tecnologia apenas permitiu ao homem uma menor dependência das condições naturais, afinal as categorias “campo” e “cidade”, e todas as ambiguidades que nela se engendram, são construções sociais.

Raymond Willians descreve e analisa as imagens sobre campo e cidade produzidas na Inglaterra ao longo de diversas experiências históricas. O autor reitera como há uma polarização entre esses dois lugares: o campo é visto como uma forma

natural de vida, reduto da paz e da inocência, local das virtudes simples; enquanto a cidade é um recinto mundano, reino das ambições e lugar do barulho. Essa polarização também é invertida ao se associar a cidade como o centro das realizações, do saber, da eficiência de comunicação; e, por contraste, o campo é ligado ao atraso, à ignorância e a diferentes limitações. (WILLIAMS, 2011: 11)

Nas narrativas sobre o campo, estudadas por Willians, há um tom de idealização e um toque idílico na representação do presente ou do futuro incerto; observa-se o anseio pela restauração de uma Idade de Ouro perdida. Nesses momentos de inquietação, havia uma tensão entre passado e futuro, e o campo surgia como refúgio a essa apreensão. A terra e a propriedade, ao serem idealizadas, se tornariam versões poéticas da Idade de Ouro e do Paraíso. Até mesmo os que não possuem terras são ligados a essa tradição, que retrocede ao passado mais remoto e identifica no Éden o lugar de sua fundação, anterior à corrupção humana e à especulação em torno da terra. “Todas as tradições são seletivas, e a tradição bucólica o é tanto quanto qualquer outra.” (WILLIAMS, 2011:37)

O imaginário social sobre o mundo rural, e as dicotomias que nele se encerram, são interessantes para observarmos a mediação linguística estabelecida na representação da realidade. O campo foi apreciado a partir de uma perspectiva que não ressalta a sua originalidade, mas que o compara a outra lógica, a das cidades. O campo passou a ser aquilo que não era as cidades. Permeada de preconceitos, essa aceção tornava a vida urbana uma referência para o “embrutecimento” da vida rural. A cidade assume um lugar de representante da criação, emancipadora dos sujeitos, lugar do novo; e o campo seria o depósito do passado, do velho, do incivilizado, onde a urbanidade seria o seu destino fatal.

Toda a essa discussão sobre campo e cidade teve ressonância no Brasil. O campo – especialmente a noção de terra – carrega um sentido de origem, de fundação. Willians lembra que essa palavra é significativa para as comunidades, pois *country* pode tanto representar “campo” assim como pode traduzir a ideia de “país”.¹ A

¹ Em francês também é possível observar essa relação. Na concepção do geógrafo francês Vidal de La Blache, *pays* pode ser tanto paisagem associada à ocupação do homem no campo quanto país. Cf. NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. *GeoTextos*, vol. 6, n. 2, dez. 2010. pp. 163-186.

República brasileira trouxe, também, uma série de reflexões sobre a identidade nacional a partir do campo, debate que se animou às vésperas do Centenário da Independência, assumindo uma posição de destaque na pauta de debate nacional.

O gênero revista, nesse contexto, era a tradução das mudanças e anseios por que passava a sociedade. Com escrita ligeira, que informava, mas também analisava os fatos ocorridos, esse tipo de periódico se popularizou no início do século XX. Niterói também viu as redações dos periódicos se multiplicarem. Revistas literárias, de variedades, infantis, religiosas, femininas, agrárias, entre outras, ganhavam cores e formas nas tipografias da cidade. Seus redatores e colaboradores buscavam divertir, informar e analisar a conjuntura da recém-chegada República.

Em meio a essa “República das letras” surgia a revista *Ilustração Fluminense* que descrevia em seu primeiro editorial:

“Não é de certo convictos de um valor que não temos, mas simplesmente guiados pelo desejo ardente de bem servir a todos os corações amigos da prosperidade do povo, que apresentamos hoje, o primeiro número desta Revista ilustrada, que na altura de suas forças, trabalhará sempre em favor do progresso econômico, moral e literário do glorioso Estado que habitamos, ao qual devemos tanto amor quanto nos pode inspirar o mais sincero e ardente patriotismos tempos que decorrem.

A “Ilustração” tudo fará para que se difunda a instrução entre nós, base de todo o progresso, da prosperidade e da vida do cidadão, dentro e fora do lar; porque sem ela, que é verdadeiro pão espiritual que fortifica a alma e aparelha o intelecto para as maiores conquistas, o povo brasileiro será sempre encarado como um conjunto imperfeito, incapaz de agir e de impor ao respeito das várias unidades que constituem o universo.

O Estado do Rio, incontestavelmente um dos mais ricos e prósperos da Federação, pelas suas produções variadas, riqueza do solo e desenvolvimento, principalmente da lavoura indústria e comércio, servido pela mais completa rede de estradas de todo o Brasil, que servem à lavoura intensiva e indústria próspera e variada, é o berço de uma civilização que tem raízes profundas e desperta o máximo interesse da coletividade.

É sobretudo para as riquezas naturais do Estado que devemos olhar com especial atenção, nestes momentos terríveis de universal penúria, onde os mais ricos povos do planeta estão



a braços com a fome.
(ILLUSTRAÇÃO FLUMINENSE,
1921: 1 - 2. Grifo meu.)

A interpretação da revista sobre o campo é bem diferente da versão, citada anteriormente, do deputado da bancada carioca na Constituinte de 1891.

A *Ilustração* buscou em cada artigo formar uma imagem para o estado do Rio. Suas seções apresentavam diversos temas, entre eles, esportes, moda, saúde, educação e agricultura. Este último se destaca nas páginas da revista e nas seções elaboradas por seus redatores. Mais

que informar sobre o campo, o periódico discutia questões de política agrária, criticava as ações públicas, incentivava o ensino agrícola e fixação do homem no campo.

A imagem ao lado mostra como a revista discute com seus leitores a proposta de criação de caixas rurais em cada município como uma solução possível para a escassez do crédito agrícola e a modernização do campo.

Na nota “Deficiência de Nossa Instrução Pública” os redatores criticam a pouca atenção que o governo dedica as questões educacionais, exemplos internacionais são trazidos pelo autor para mostrar a relevância da educação profissional e das escolas agrícolas. O autor ainda se queixa: “E dizem, que o governo está empenhado em combater o analfabetismo, de modo que por ocasião do nosso centenário não haja em todo o Estado, um só analfabeto!”.

Figura 1. A Ilustração Fluminense, ano 1, n.1, agosto de 1921, p. 2. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional -

A narrativa de valorização do rural não era só elaborada através de artigos e notas, mas era também uma narrativa fotográfica. Na imagem ao lado observamos a fotografia de uma fazenda com o título “As nossas riquezas”.

A revista construiu um discurso de valorização e redefinição do estado do Rio. A modernização e o campo foram os caminhos escolhidos para realizar essa tarefa e dialogar com seus leitores. A matéria compõe o número de aniversário da revista descreve que

“O Estado do Rio de Janeiro, através da história de nossa terra, desempenhou sempre, em todos os ramos da atividade humana – nas artes, letras, ciências, comércio, indústria e agricultura papel dos mais salientes, colocando-se em todos os tempos, como astro de primeira grandeza entre os mais progressistas da terra brasílica. Constituindo por si só uma verdadeira potência econômica, teve sempre a vantagem máxima de servir de intercâmbio entre os grandes centros de produção e os centros de consumo e exportação. São vantagens extraordinárias que se aliam a outras muitas, de clima ameno e variadíssimo, além da multiplicidade das zonas em que pode ser subdividido, desde as baixadas pantanosas até a máxima altitude brasileira com três mil metros, no Itatiaia”.

(ILLUSTRAÇÃO FLUMINENSE, 1922:7-8)

Figura 2. A Ilustração Fluminense, ano 1, n.6, Janeiro de 1922, p. 15. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.



Figura 3. A Ilustração Fluminense, ano 1, n.6, Janeiro de 1922, p. 15. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.



Figura 3. A Ilustração Fluminense, ano 2, n.12/13, julho/agosto de 1922, p. 7-8. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

No debate presente na *Ilustração Fluminense* o campo sobressai como um relevante aspecto da vida social do estado fluminense, que pode atuar como solucionador de muitos de seus problemas. Seus intelectuais buscavam superar a crise econômica e a crise identidade do estado na Primeira República. Nesse sentido, a “essência agrária” se destaca como elemento para dar coesão à nacionalidade, no campo estariam às tradições nacionais, o agente para solidificar as relações sociais, as riquezas sociais. Era possível modernizar o campo, era possível

modernizar o estado.

Os debates agraristas mobilizaram os intelectuais fluminenses. A policultura e a pequena propriedade foram discutidas como alternativas para a organização do meio rural fluminense. Diante disso, mas sem pretender esgotar o tema senão provisoriamente, é que podemos entender que o meio agrícola, tantas vezes ligado ao “atraso”, integrou as propostas modernistas fluminenses. Essa proposta, que aparenta ser tradicionalista, foi uma proposta alternativa que fez parte dos diversos modernismos que se construíram no início do século XX no Brasil.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A república na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____. *Em busca da idade do ouro*. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...; modernismo e nacionalismo*. Editora FGV, Rio de Janeiro: 1999.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense 1990.

ROURE, Agenor. *A constituinte republicana*. Imprensa Nacional: 1920. v.1

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade, na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.